

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL
SOLAR RIO DO PEIXE II S/A

RESULTADOS
2025



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	274	157
Aplicações financeiras no mercado aberto	4.2	20.786	14.567
Consumidores e revendedores	5	1.376	1.326
Devedores diversos		72	-
Tributos a recuperar	6	1.548	2.010
Despesas pagas antecipadamente		319	163
Total Circulante		24.375	18.223
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	13	43	-
Tributos a recuperar	6	6.377	6.033
		6.420	6.033
Imobilizado	7	142.831	149.356
Direito de uso	8	1.770	1.872
Total do não circulante		151.021	157.261
Total do ativo		175.396	175.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1.827	1.798
Encargos de dívidas	10	158	144
Empréstimos e financiamentos	10	2.520	2.408
Impostos e contribuições sociais	11	301	336
Obrigações estimadas		18	311
Passivo de arrendamento	14	121	166
Outros passivos	15	304	173
Total do circulante		5.249	5.336
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	52.506	52.608
Impostos e contribuições diferidos	13	-	57
Passivo de arrendamento	14	1.775	1.790
Provisão para desmobilização		2.620	2.620
Total do não circulante		56.901	57.075
Patrimônio líquido			
Capital social	16	134.336	134.336
Prejuízos acumulados		(21.090)	(21.263)
Total do patrimônio líquido		113.246	113.073
Total do passivo e patrimônio líquido		175.396	175.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	15.574	16.098
Custo do serviço de energia elétrica	18	(3.570)	(2.810)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	18	(6.945)	(6.663)
Lucro bruto		5.059	6.625
Despesas gerais e administrativas	18	(1.227)	(1.579)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(1.227)	(1.579)
Receitas financeiras	19	2.631	1.858
Despesas financeiras	19	(6.354)	(7.565)
Resultado financeiro		(3.723)	(5.707)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		109	(661)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(36)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	100	(949)
Lucro (Prejuízo) do exercício	20	173	(1.610)
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação ordinária - R\$	20	0,001	(0,015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	20	173	(1.610)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		173	(1.610)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		51.861	(19.653)	82.475	114.683
Aumento de capital conf. AGOE 26/04/2024	16	82.475	-	(82.475)	-
Prejuízo do exercício	20	-	(1.610)	-	(1.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		134.336	(21.263)	-	113.073
Lucro líquido do exercício	20	-	173	-	173
Saldos em 31 de dezembro de 2025		134.336	(21.090)	-	113.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17	17.325	17.895
		17.325	17.895
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	18	(3.667)	(2.810)
Materiais, Serviços de terceiros	18	(900)	(1.110)
Outras despesas operacionais	18	(191)	(252)
Valor adicionado bruto		(4.758)	(4.172)
Valor adicionado líquido produzido		12.567	13.723
Retenções			
Depreciação, amortização e Exaustão	18	(6.627)	(6.546)
		5.940	7.177
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	2.759	1.949
		2.759	1.949
Valor adicionado a distribuir		8.699	9.126
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		246	150
Benefícios		66	21
FGTS		16	7
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
Tributos		1.625	2.714
Obrigações Intra-setoriais		148	142
Remuneração de capital de terceiros			
Juros e variação cambial	19	6.354	7.565
Aluguéis		71	137
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos/ Prejuízos acumulados		173	(1.610)
		8.699	9.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício	20	173	(1.610)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	(64)	949
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		3.591	6.128
Marcação a mercado da dívida	19	-	41
Marcação a mercado de derivativos	19	-	(41)
Depreciação e amortização	18	6.627	6.546
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	(886)
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores		(50)	(1.326)
Tributos a recuperar	6	521	(567)
Despesas antecipadas		(156)	(13)
Outros créditos		(72)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	9	191	(386)
Obrigações estimadas		(293)	36
Tributos e contribuições sociais	11	(71)	(1.608)
Outros passivos	15	131	92
Caixa Líquido consumido nas atividades operacionais		10.528	7.355
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(3.866)	68.647
Aplicações no imobilizado	7	(162)	-
Aplicações no intangível	8	-	(58)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	7 e 8	-	1.522
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(4.028)	70.111
Atividades de financiamento			
Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	14	(179)	(179)
Pagamento de empréstimos - principal	10	(2.498)	(70.317)
Pagamento de empréstimos - juros	10	(3.706)	(4.933)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		-	(1.975)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos		(6.383)	(77.404)
Variação líquida do caixa		117	62
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	157	95
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	274	157
Variação líquida do caixa		117	62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE II S/A (“Companhia” ou “Rio do Peixe II”), constituída em 10 de janeiro de 2019, sob o controle acionário da Energisa S/A (“ESA”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo objetivo social é o desenvolvimento e exploração do parque solar denominado Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II, localizado no município de São João do Rio do Peixe, estado da Paraíba, bem como a comercialização de energia proveniente do empreendimento. A entrada em operação ocorreu em 02 de setembro de 2022 com a capacidade instalada de 30MW.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos; e
- II. Nota explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3 Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Consumidores e revendedores:** inclui, principalmente, suprimentos – venda de energia elétrica reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- c. **Tributos a Recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d. **Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

e. Arrendamento - direito de uso: compreende o direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Direito de uso:* os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento:* os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante): os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

g. Empréstimos e financiamentos: são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC;

h. Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores: a remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;

i. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- j. Receita operacional:** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pelo suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração;

- k. Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

l. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de

principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Classificação e Mensuração

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge* a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 21, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente;

m. Demonstração do valor adicionado: preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3): Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método, já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábil	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração; e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos, estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 –contr: referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	274	157
Total – circulante	274	157

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto

	2025	2024
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13	276
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	11	11
Compromissadas	1.563	2.669
Fundo multimercado	2.300	661
Fundo de renda fixa	11.015	7.230
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.550	1.547
Letra Financeira (LF)	2.441	1.627
Nota de Crédito (NC)	30	35
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	394	511
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	469	-
Total – circulante	20.786	14.567

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Consumidores e revendedores

	2025	2024
Suprimentos - Venda de Energia ⁽¹⁾	1.376	1.326
Total - circulante	1.376	1.326

(i) O prazo médio de recebimento das vendas de energia é de até 30 dias.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.224	6.406
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.700	1.636
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	1	1
Total	7.925	8.043
Circulante	1.548	2.010
Não Circulante	6.377	6.033

7. Imobilizado

A movimentação dos bens da Companhia está demonstrada abaixo:

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço				
Custo				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	2.519	-	2.519
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	3,98%	161.856	-	161.856
Total do imobilizado em serviço		164.375	-	164.375
Depreciação acumulada				
Edificações, obras civis e benfeitorias		(206)	(89)	(295)
Máquinas e equipamentos		(15.027)	(6.436)	(21.463)
Total da depreciação acumulada		(15.233)	(6.525)	(21.758)
Subtotal do imobilizado		149.142	(6.525)	142.617
Imobilizado em curso		214	-	214
Total do imobilizado		149.356	(6.525)	142.831

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço					
Custo	3,51%	2.519	-	-	2.519
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	3,98%	163.378	(1.522)	-	161.856
Total do imobilizado em serviço		165.897	(1.522)	-	164.375
Depreciação acumulada					
Edificações, obras civis e benfeitorias		(118)	-	(88)	(206)
Máquinas e equipamentos		(8.671)	-	(6.356)	(15.027)
Total da depreciação acumulada		(8.789)	-	(6.444)	(15.233)
Subtotal do imobilizado		157.108	(1.522)	(6.444)	149.142
Imobilizado em curso		214	-	-	214
Total do imobilizado		157.322	(1.522)	(6.444)	149.356

⁽¹⁾ Inclui R\$2.620 (R\$2.620 em 2024), deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontra instalada a Usina, no encerramento do contrato. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

8. Direito de uso

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Direito de uso - Terrenos				
Custo		2.171	-	2.171
Amortização acumulada	4,70%	(299)	(102)	(401)
Total		1.872	(102)	1.770

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso - Terrenos					
Custo	4,70%	2.113	58	-	2.171
Amortização acumulada		(197)	-	(102)	(299)
Total		1.916	58	(102)	1.872

9. Fornecedores

	2025	2024
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	64	28
Materiais	-	19
Contratação de serviços ⁽¹⁾	1.763	1.751
Total - circulante	1.827	1.798

(1) Referem-se à contratação de serviços para desenvolvimento do projeto do parque solar.

10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2025
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	55.411	(2.498)	(3.706)	6.206	55.413
(-) Custos com captação	(251)	-	-	22	(229)
Total em moeda nacional	55.160	(2.498)	(3.706)	6.228	55.184
Circulante	2.552				2.678
Não circulante	52.608				52.506

	Saldos em 2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional						
Pós fixado						
IPCA	55.112	(2.377)	(3.639)	6.315	-	55.411
(-) Custo com captação	(273)	-	-	22	-	(251)
Total em moeda nacional	54.839	(2.377)	(3.639)	6.337	-	55.160
Moeda estrangeira						
Dólar	67.718	(67.940)	(1.294)	1.516	-	-
Marcação a mercado	(41)	-	-	-	41	-
Total em moeda estrangeira	67.677	(67.940)	(1.294)	1.516	41	-
Total	122.516	(70.317)	(4.933)	7.853	41	55.160
Circulante	70.044					2.552
Não circulante	52.472					52.608

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Garantias (2)
	2025	2024					
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.413	55.411	IPCA + 1.50% + 5.31%	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,07%	FB
(-) Custos com captação	(229)	(251)					
Total em moeda nacional	55.184	55.160					

(1) FB = Fiança Bancária;

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2025	2024
IPCA	4,26%	4,83%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	2.530
2028	2.530
2029	2.530
2030	2.530
Após 2030	42.386
Total	52.506

11. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1	10
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	5	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12	-
Contribuições ao PIS e à COFINS	143	142
Imposto Sobre Serviços - ISS	62	60
Encargos Sociais	6	6
Tributos e Contribuições Retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	68	76
Outros	3	42
Total - circulante	301	336

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que detém 100% do capital total.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

Empresas	Serviços contratados (Despesas)	Venda/compra de energia	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Saldo a pagar (receber)
Energisa S/A ⁽¹⁾	(190)	-	(114)	(30)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ^(2 e 3)	(52)	16.362	(3)	1.372
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ⁽²⁾	-	(2.496)	(41)	(2)
Energisa Geração Usina Maurício S/A ⁽²⁾	-	(65)	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A ⁽²⁾	-	(54)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(10)	(1)

Empresas	Serviços contratados (Despesas)	Venda/compra de energia	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Saldo a pagar (receber)
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(16)	(2)
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(3)	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(1)	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(2)	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	-	(19)	(2)
	2025	13.747	(211)	1.335
	2024	15.345	(205)	1.308

- (1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 01 de outubro de 2024 com prazo de validade de 31 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;
- (2) Refere-se ao volume de energia adquirido e cedido para revenda;
- (3) Serviços de representação perante a CCEE;
- (4) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024, foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

13. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias		
Imposto sobre a Renda	32	21
Contribuição Social	11	8
Total – ativo não circulante	43	29
Passivo		
Diferenças Temporárias		
Diferenças Temporárias:		
Imposto sobre a Renda	-	(63)
Contribuição Social	-	(23)
Total – passivo não circulante	-	(86)
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	43	(57)

A natureza dos tributos diferidos é como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ+ CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Outras diferenças temporárias	128	43	(167)	(57)
Total – ativo (passivo) não circulante	128	43	(167)	(57)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2027	2
2028	2
2029	3
2030	4
2031 a 2033	15
Após 2033	17
Total	43

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	109	(661)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(37)	225
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	-	(24)
Incentivo fiscal - Outros	1	-
Créditos tributários constituídos no exercício ⁽¹⁾	85	-
Créditos tributários não constituídos no exercício	-	(1.150)
Outros ajustes	15	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	64	(949)
Alíquota efetiva	58,63%	143,57%

⁽¹⁾ Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos fiscais, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, são refletidos de acordo com a legislação fiscal.

14. Passivo de arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias. A movimentação no exercício é demonstrada abaixo:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Passivo de Arrendamentos - Terrenos	20	6,40%	1.956	(179)	119	1.896
Total			1.956	(179)	119	1.896
Circulante			166			121
Não circulante			1.790			1.775

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Passivo de Arrendamentos - Terrenos	20	6,40%	2.011	(179)	124	1.956
Total			2.011	(179)	124	1.956
Circulante			44			166
Não circulante			1.967			1.790

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de passivo de arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

2027	102
2028	102
2029	102
2030	102
Após 2030	1.367
Total	1.775

15. Outros Passivos

	2025	2024
Prêmio de seguros	234	115
Outros benefícios a empregados	28	25
Taxa de fiscalização ANEEL – contribuição mensal	12	12
Outras contas a pagar	30	21
Total - circulante	304	173

16. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é de R\$134.336 (R\$134.336 em 2024), representando 134.336.000 (134.336.000 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

17. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Suprimento de Energia	17.325	17.895
Total - receita operacional bruta	17.325	17.895
Deduções da receita operacional		
PIS	(286)	(295)
COFINS	(1.317)	(1.360)
Taxa de fiscalização	(148)	(142)
Total - dedução da receita operacional	(1.751)	(1.797)
Total - receita operacional líquida	15.574	16.098

18. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificadas na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço		Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Gerais e administrativas	2025	2024
Venda de Energia a Consumidores Livres	1.172	-	-	1.172	430
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	2.398	-	-	2.398	2.380
Pessoal e administradores	-	232	148	380	200
Benefício pós emprego	-	-	4	4	4
Material	-	19	68	87	64
Serviço de terceiros	-	158	655	813	1.041
Depreciação e amortização	-	6.525	102	6.627	6.546
Outras	-	11	250	261	387
Total	3.570	6.945	1.227	11.742	11.052

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.353	1.940
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(128)	(91)
Juros Selic s/ impostos a recuperar	403	-
Outras receitas financeiras	3	9
Total das receitas financeiras	2.631	1.858
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(3.742)	(4.111)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(2.486)	(3.742)
Marcação a mercado da dívida	-	(41)
Marcação a mercado dos derivativos	-	41
Instrumentos financeiros derivativos	-	886
Ajuste a Valor Presente - AVP	(120)	12
Despesas bancárias	(5)	(584)
Outras despesas financeiras	(1)	(26)
Total das despesas financeiras	(6.354)	(7.565)
Despesas financeiras líquidas	(3.723)	(5.707)

20. Lucro (prejuízo) por ação

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício:	173	(1.610)
Média ponderada das ações	134.336	106.844
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	0,001	(0,015)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

21.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 12). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		274	274	157	157
Consumidores e revendedores		1.376	1.376	1.326	1.326
Aplicações financeiras no mercado aberto		20.786	20.786	14.567	14.567
		22.436	22.436	16.050	16.050

Passivo	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		1.827	1.827	1.798	1.798
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	55.184	55.184	55.160	55.160
Arrendamentos operacionais		1.896	1.896	1.956	1.956
		58.907	58.907	58.914	58.914

21.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve

ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* não foi impactado (R\$41 em 2024).

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

21.3 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	55.184	55.160
Caixa e equivalentes de caixa	(274)	(157)
Dívida líquida	54.910	55.003
Patrimônio líquido	113.246	113.073
Índice de endividamento líquido	0,48	0,49

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e encargos de dívida, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

b) Risco de Liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.827	-	-	-	-	1.827
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11,62%	3.114	3.132	12.786	19.744	97.886	136.662
Total		4.941	3.132	12.786	19.744	97.886	138.489

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

21.4 Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	20.786	Alta CDI	2.546	3.183	3.819
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(55.413)	Alta IPCA	(2.361)	(2.951)	(3.542)
Total - (Perdas)	(34.627)		185	232	277

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, IPCA (4,26% ao ano).

22. Meio ambiente ^(*)

Na implantação e operação dos ativos de geração da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

- 1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna:** tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário;

- 2. Monitoramento e Manejo da Flora:** a flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário;
- 3. Controle e Monitoramento de Ruídos:** o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento;
- 4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos:** o programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;
- 5. Gestão de Resíduos Sólidos:** os programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;
- 6. Comunicação Social:** o programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

Aspectos ambientais: a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$108 (R\$76 em 2024) contabilizados em despesas operacionais.

Empresa	Licença de operação nº	Data Emissão	Vencimento
UFV Rio do Peixe II	0495/2025	10/02/2025	10/02/2027

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2024
Atividades Operacionais	
Fornecedores a prazo	162
Arrendamento mercantil – IFRS 16	58
Atividades de investimentos	
Arrendamento – IFRS 16	162
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	82.475

Diretoria

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC/RJ nº 107310/0

Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar II S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4